



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: INCLUSÃO EXCLUDENTE EM BUSCA DA AUTONOMIA.

Luzinete da Silva Figueirêdo¹

RESUMO

O trabalho analisa a situação atual da EJA – Educação de Jovens e Adultos no Brasil, desde a implantação pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/1996, buscando oportunizar a educação escolar para os que não conseguiram concluir os estudos no devido tempo. Para isso utilizou-se dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, identificando avanços e permanências desta, como forma de melhor retratar as reais condições da mesma. A partir dessa análise, o texto dialoga com os conceitos de analfabetismo funcional, inclusão excludente, empurroterapia, considerações geralmente associadas aos jovens dos meios populares, alunos de escolas públicas, tentando explicar a condição de baixa aprendizagem que os caracterizam. A pedagogia da autonomia entra nesse contexto, como alternativa de prática pedagógica que respeitar as diferentes identidades, as singularidades dos indivíduos que adentram os muros escolares, atentando para os saberes que trazem, tanto quanto para os saberes científicos que lhes vão ser apresentados ao longo dos estudos. Sem pretender esgotar o tema, este artigo sucinta uma breve análise dos tempos atuais da educação inclusiva na modalidade EJA, entendendo que é oportuno e pertinente para os educadores e governantes, já que esta tem apresentado queda no número de matrículas, em tempo que os índices de analfabetos e desempregados continuam elevados.

Palavras-chave: EJA, Inclusão Excludente, Analfabeto Funcional, Pedagogia da Autonomia.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar a trajetória da EJA – Educação de Jovens e Adultos, a partir da sua implantação pela LDB 9394/96, até os tempos atuais. Vista como um processo de Educação Reparatória, a EJA adentra os muros escolares como oportunidade de formação para os quem da educação fora excluído ao longo dos anos, por diferentes motivos e situações. Desta forma, inicia-se com uma breve análise sobre a formação da Educação Brasileira pelos Jesuítas, seguindo pelos índices de analfabetismo que assolam o país ao longo dos anos, chegando até a LDB – Lei de diretrizes e Bases – Lei Nº 9394/96 que efetiva a implantação da EJA no território

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) – Lisboa, Portugal. E-mail: luzifigueiredo@hotmail.com.



nacional. Entender o que é a EJA e o seu papel no processo de formação educacional voltada para um público específico, remete a situação de analfabetismo que agrega parte da população brasileira por anos seguidos.

Nesse contexto, apresenta-se as funções que movem a EJA frente a sociedade e ao público específico para quem é destinada, compreendendo os valores exclusivos que remetem as questões de igualdade, respeito, direito, trabalho e, sobretudo aprendizagem. Os resultados publicados pelo INEP 2019, apresentam dados pouco animadores, nos quais os índices de matrícula nessa modalidade de ensino vem diminuindo gradativamente nos últimos anos. A diminuição pela busca de matrículas na EJA remete, conseqüentemente, uma elevação no número de analfabetos do país, dado nada gratificante, já que este, influencia diretamente na questão da pobreza nacional. Nessa sequência, o analfabetismo funcional é, também, outro dado pouco animador para um país tão populoso como o Brasil, elevando assim, a taxa de desemprego.

Para dialogar com a situação da EJA na atualidade, a teoria da “inclusão excludente” de Acácia Kuenzer (2007), apresenta conceitos que são relativos aos índices de analfabetismo, analfabetismo funcional, desemprego e exclusão social vistos nos dados apresentados. Estes mostram que o modelo pedagógico implantado pela EJA não tem correspondido a situação específica dos jovens e adultos que dela fazem uso, gerando uma parcela de “analfabetos funcionais” excluídos do mercado de trabalho. Como alternativa a “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire (2006) adentra esse universo, sugerindo práticas pedagógicas que viabilizem um olhar humanizado para a realidade destes alunos, olhares que precisam mais do que pedagogias escritas, mas pedagogias na prática, nas quais o aprendiz seja o centro.

EJA NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Ao longo da História do Brasil, a educação escolar nem sempre esteve disponível para todos que desejavam. Com a chegada dos Jesuítas às terras que hora se tornavam propriedade colonial de Portugal, iniciou-se o processo educativo dos índios, povos nativos que deveriam ser catequisados, efetivando a dominação. A escola “para aprender ler e escrever” é criada mais tarde para atender a formação de uma elite nacional ao longo dos tempos, não atendia aos pobres e nem escravos, portanto, a educação brasileira nasce sob a égide de uma sociedade estratificada, exploratória e,



consequentemente desigual. Nesse contexto a exclusão escolar foi uma realidade de longa duração na educação do Brasil, os filhos das elites eram prioridade no processo ensino-aprendizagem. Esta realidade pode ser comprovada pelos dados do “Censo Nacional de 1890, que verificou a existência de 85,21% de “iletrados” na população total brasileira” (PAIVA, 1983).

Em 1988, fim da Ditadura Militar no Brasil, é promulgada uma nova Carta Magna, a “Constituição Cidadã”, na qual a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica da Educação Básica no país, estabelecendo o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive para os que não tiveram acesso no período regular. Em 1996, quase dez anos depois da Constituição, nasce a Lei Nº 9394/96 que constrói as normas através das quais deve ser implantada a Educação para todos no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional é elaborada considerando, entre outros fatores, os elevados índices de analfabetismo que pocoa a realidade nacional, exigindo políticas reparativas para a situação que atinge todas as Regiões do país, expostas na tabela a seguir:

QUADRO 1 - Evolução do analfabetismo no Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais (1920/2000).

ANO/CENSO	TOTAL	ANALFABETOS	%
1920	17.557.282	11.401.715	64,90
1940	23.709.769	13.269.381	56,00
1950	30.249.423	15.272.632	50,50
1960	40.278.602	15.964.852	39,60
1970	54.008.604	18.146.977	33,60
1980	73.541.943	18.716.847	25,50
1991	95.837.043	19.233.758	20,07
1996	107.540.981	14.018.960	13,03
1997	108.025.650	15.883.372	14,07
2000	119.533.000	16.295.000	13,60

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagem da População 1996. PNAD 1997



Nesse contexto, será analisado o Capítulo XII da LDB no que diz respeito à EJA, especificamente parte do Artigo 56. Trata-se de uma modalidade de ensino voltada para um público específico, que tenham mais de 15 anos de idade, que façam parte do mercado de trabalho, que tenham disponibilidade para o estudo noturno. Este diz respeito à disponibilidade de espaços escolares que ofereçam um ensino noturno com os mesmos padrões do diurno, acesso a qualquer série, com conteúdos curriculares estejam centrados na prática social e no trabalho. A EJA contempla a redução da duração da hora-aula, da carga horária anual e do número de anos letivos dos cursos, como forma de flexibilização do ensino e conclusão em menor espaço de tempo, confirmado na citação a seguir:

**Capítulo XII -
DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS
TRABALHADORES**

Art. 56. A educação básica pública **oferecerá alternativas adequadas às necessidades da população trabalhadora, jovem e adulta**, e será regulada pelo respectivo sistema de ensino. [...]

II - oferta regular de ensino noturno, entendido como tal o oferecido a partir das dezoito horas, **nos mesmos padrões de qualidade do diurno**, e em escola próxima dos locais de trabalho e residência;

III - alternativas de acesso a qualquer série ou nível, independentemente de escolaridade anterior, sem restrições de idade[...]

IV - conteúdos curriculares centrados na prática social e no trabalho e metodologia de ensino-aprendizagem adequada ao amadurecimento e experiência do aluno;

V - organização escolar flexível, inclusive quanto à redução da duração da aula e do número de horas-aula, [...] (BRASIL, 1996).

Esta modalidade de ensino prioriza como critério de qualidade a prática de professores especializados, programas sociais de alimentação, saúde, material escolar, transporte determinados no Artigo 56, da LDB, parágrafo único. Torna-se possível a inclusão escolar de qualidade para os jovens e adultos do país.

VI - professores especializados;

VII - programas sociais de alimentação, saúde, material escolar e transporte, independentemente do horário e da modalidade de ensino, financiados com recursos específicas; (BRASIL, 1996).



No contexto Nacional, a EJA contempla três funções preponderantes, compreendidas em um contexto de reparação ao processo de exclusão escolar existente no país ao longo dos anos, são elas:

Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

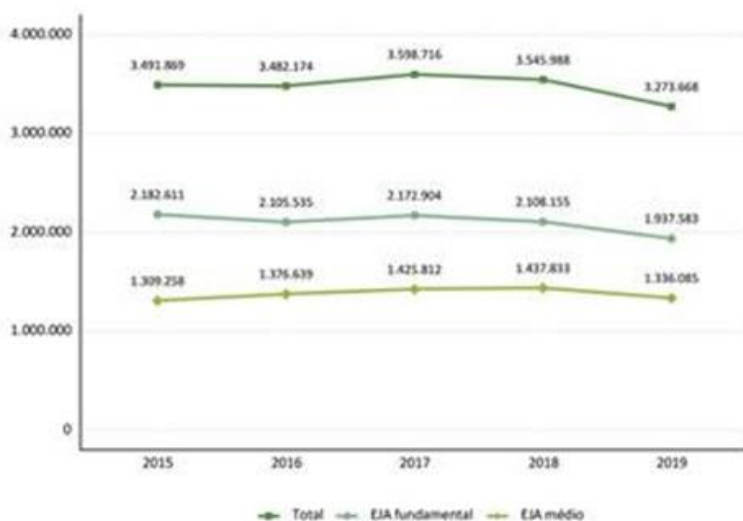
Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados [...]

Qualificadora, mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Qualificar o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares (MEC, p. 3).

É importante notar que essa modalidade de ensino levou parcela da população de volta às escolas, desde a alfabetização até a conclusão do Ensino Médio. Atualmente a realidade não é muito promissora, pois,

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aponta queda de 7,7% no número de alunos na educação de jovens e adultos (EJA). A redução de matrículas ocorre de forma similar no nível fundamental (8,1%) e no ensino médio (7,1%). A tendência foi registrada pelo Censo Escolar da Educação Básica 2019, publicado em 31 de janeiro. A EJA tem 3.273.668 estudantes matriculados (INEP, 2019).

FIGURA 1 – Matrículas na EJA, Brasil (2015-2019).

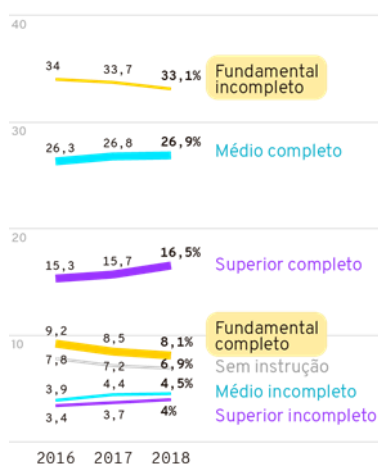




O perfil que caracteriza os estudantes da EJA, em 2019, segundo o INEP, com base nos dados do Censo da Educação Básica, o maior número diz respeito aos indivíduos com menos de 30 anos, estes representam 62,2% das matrículas da educação de jovens e adultos. Nesta faixa etária, 57,1% dos estudantes é do sexo masculino. Quando se observa os estudantes com mais de 30 anos, as mulheres correspondem a 58,6% das matrículas. Outra triste realidade em relação ao índice de defasagem idade série no Brasil, mesmo depois de tantos da abolição é a situação da cor e raça entre os alfabetizados. Os pretos e pardos ainda são predominantes nos dois níveis de ensino.

As informações declaradas ao Censo Escolar quanto ao fator cor/raça dos matriculados na EJA mostram que pretos e pardos predominam nos dois níveis de ensino. No fundamental, o grupo representa 75,8% dos estudantes, enquanto, no nível médio, 67,8%. Os alunos que se identificam como brancos compõem 22,2% da EJA fundamental e 31% da EJA médio. Somada a essa realidade, o IBGE, Diretório de Pesquisa, em sua pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua – 2012-2019, alerta para a situação de que o Brasil soma uma taxa de 6,6% de analfabetos, sendo 13,9 destes no Nordeste, e 7,6% no norte do País, compreende-se que a Região Nordeste detém um percentual igual a soma das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste juntas,

FIGURA 2 - Escolaridade, em %, de pessoas entre 25-60 anos, Brasil (2019).



Fonte: Elaborado por DEED – INEP com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Soma-se a essa realidade regional em relação ao analfabetismo, o total a nível nacional, com índices elevados, o país faz permanecer as mazelas de uma população



sem instrução, uma situação histórica que persiste em pleno século XXI. As taxas de Analfabetismo em 2017 eram de 7,0, em 2018 era de 6,8, o que equivale a um total de 11,3 milhões de pessoas que não dominam a leitura, interpretação e escrita de textos, o que remete a uma situação de desigualdade e exclusão na sociedade e no processo produtivo como um todo. Quanto ao nível de instrução, mais de 50% dos brasileiros com 25 anos ou mais não terminaram a educação básica, como é possível confirmar por meio do gráfico a seguir.

As políticas educativas de inclusão no Brasil, a exemplo da EJA – Educação de Jovens e Adultos, como foi apresentado nos gráficos acima, não alcançam os objetivos propostos ao serem implantadas. O que se percebe é um número elevado de evasão, acompanhado de baixos índices de aprovação, o que remete a não adequação dos jovens e adultos ao sistema escolar, ou mesmo falta de condições, muitos têm que optar entre trabalhar e se sustentar ou estudar. O que não é uma alternativa, mas sobretudo uma necessidade. Os valores culturais ainda determinam a situação de vida dos jovens dos meios populares, os pretos e pardos são a maioria entre os alunos na educação de Jovens e Adultos. Se no passado foram excluídos, a atualidade remete a uma educação a quem Acácia Kuenzer denomina de “inclusão excludente”.

[...] a inclusão excludente, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2007, p14/15).

Neste momento, faz-se propícia a análise deste conceito de “inclusão excludente”, que remete a uma forma de educação escolar cujas estratégias inclusivas são estruturadas e aplicadas, porém, as mesmas não habilitam os estudantes de forma que possam atender às necessidades exigidas pelos padrões de qualidade do mercado de trabalho. Ou seja, a aprendizagem escolar não os faz alcançar uma formação autônoma, intelectual e ética que os capacitem a resolverem problemas novos com rapidez e eficiência, que os tornem capazes de acompanhar as mudanças, que os motivem a aprenderem de forma constante. Assim, a inclusão excludente é aquela que inclui o aluno na escola, visto como a efetivação do Direito Humano à Aprendizagem, porém,



não o forma devidamente para o processo de produção e suas atuais exigências, tornando-os excluídos do mercado de trabalho.

A ligação da EJA em relação a “inclusão excludente” dá-se a partir do que a autora chama de “empurroterapia”, o processo de aceleração próprio da EJA, em que alunos cursam períodos de ensino em tempos mais curtos do que o Ensino Regular. Na visão de Acácia Kuenzer (2007),

Estas estratégias têm sido várias, mas merecem destaque as que temos chamado de “empurroterapia”, as quais têm decorrido de uma distorcida apropriação de processos desenvolvidos no campo da esquerda para minimizar os efeitos da precarização cultural decorrente da precarização econômica, com a única preocupação de melhorar as estatísticas educacionais: ciclagem, aceleração de fluxo, progressão automática, classes de aceleração, e assim por diante. (KUENZER, 2007, p.14).

É relevante salientar a necessidade da implantação de novas estratégias de ensino no Brasil, visando principalmente a população que fora excluída ao longo dos tempos, fazia-se necessário oportunizar aprendizagem para todos, uma inclusão equitativa e de qualidade. A inclusão aconteceu, porém, a qualidade tanto quanto a permanência ainda precisam ser ajustadas, pois o que predomina, segundo Kuenzer (2007, p. 15), é empurroterapia, ou seja,

[...] o conjunto das estratégias que apenas conferem “certificação vazia”, e por isto mesmo, se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência (KUENZER, 2007, p.15).

Entretanto, a complexidade do processo remete a questão do “analfabetismo funcional”, se por um lado Acácia Kuenzer(2005) denomina de “inclusão excludente”, o processo de inclusão escolar que não desenvolve nos alunos as habilidades que lhes são necessárias para que estes possam viver em sociedade e, ao mesmo tempo, adentrarem e permanecerem no processo de produção, por outro lado, estes são classificados como “analfabetos funcionais”, que aqui pode ser entendido como uma pessoa que sabe ler e escrever, mas é incapaz de entender ou interpretar um texto que acabou de ler. O termo analfabetismo funcional está relacionado ao uso prático da linguagem pra fins específicos e tarefas cotidianas. Sem o domínio de conhecimentos e habilidades que



lhes permitam interpretar conscientemente o mundo em que vive, os jovens e adultos são excluídos do processo produtivo.

Há outra forma de medição, criada pela ONG Ação Educativa, na qual o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf) é feita em parceria com o Ibope. A partir desses cálculos, o Inaf 2018 apontou que cerca de 30% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais, sendo uma maioria destes pardos e pretos se comparados ao percentual de brancos.

QUADRO 2 - Distribuição da população por grupo de alfabetismo e cor/raça (2018).

	BASE	Branca	Preta	Parda	Outras
BASE	2002	630	390	871	111
Analfabeto	8%	4%	11%	7%	25%
Rudimentar	22%	19%	24%	23%	21%
Elementar	34%	32%	34%	37%	31%
Intermediário	25%	27%	25%	23%	20%
Proficiente	12%	18%	6%	10%	4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabetos Funcionais*	29%	23%	35%	30%	46%
Funcionalmente Alfabetizados*	71%	77%	65%	70%	54%

Fonte: Inaf (2018).

O analfabetismo funcional contribui para que as filas de desempregados no país aumentam a cada dia, as favelas continuam crescendo junto com os índices de criminalidade que marcam as páginas dos noticiários do país. São estes jovens e adultos que buscam a inserção efetiva na sociedade e na escola que dizem o acolher, porém os distancia da condição de sobrevivência, como é possível perceber no Figura 6, a seguir:

FIGURA 6 - Taxa de desemprego no Brasil (2012-2019).





Fonte: Organização Internacional do Trabalho.

Nessa linha de raciocínio percebe-se que o Brasil precisa de um modelo de educação mais humanizado e humanizante, como já sugeria Paulo Freire no passado, uma educação significativa para todas as modalidades de ensino tanto quanto para todos os brasileiros, uma “Pedagogia para Autonomia”,

A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro [...], o aprendiz funciona muito mais como paciente [...]do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. É precisamente por causa desta habilidade de apreender a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mal aprendizado, em que o aprendiz foi puro paciente da transferência do conhecimento feita pelo educador (FREIRE, 1996, p. 36).

Trata-se de uma educação em busca de algo, é preciso compreender que “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”, e essa convicção deve ser forte o suficiente para gerar a busca, para isso,

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar como ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo (FREIRE, 1996, p. 40).

E nessa perspectiva, busca-se uma escola que ensine, que construa uma inclusão efetiva do indivíduo não somente no espaço escolar, mas sobretudo na sociedade em que vive por meio do respeito, do agir, do atuar frente as forças que lhes são antagônicas, que a escola lhes ofereça a “arma” necessária na luta diária pela sobrevivência. Que essa escola seja realmente inclusiva, que seja apresentada em índices positivos de aprendizagem, na qualidade dos profissionais e cidadãos que insere na sociedade a cada ano. Que não continue sendo uma escola em que o aluno deseje abandonar, manter-se distante por não ter um significado positivo para o seu existir, ou que os governantes lhes permitam estudar, sem ter que optar pela negação da aprendizagem para a vida.



CONSIDERAÇÕES

A Educação de Jovens e Adultos, inicialmente no Brasil alcançou grandes proporções de indivíduos a quem fora negada a condição de ingressar na educação escolar, situação ocasionadas pelas mais diferentes realidades. Ao ser implantada no final da década de 1990, surge como redentora para os excluídos da história, a estes era dada a possibilidade de adentrar aos muros escolares em busca da aprendizagem. Com o passar dos anos, mais precisamente 24 anos o número de matrículas vem decaindo gradativamente junto com os índices de aprendizagens. Os jovens e adultos já não frequentam mais as escolas como no início, o aumento da evasão remete ao aumento do desemprego, da baixa qualidade de vida, e, conseqüentemente, o aumento da violência entre outras mazelas.

Se faz necessária uma prática educativa que estimule o “saber fundamental” sugerido por Paulo Freire (1996), “mudar é difícil mas é possível”. Que as programações e ações político-pedagógicas elaboradas e aplicadas nas salas de aula, coloquem o indivíduo no centro do processo de aprendizagem, que o saber por e para ele dirigido, o faça entender que a possibilidade de mudança é real, acontece, colocando um pouco de lado as avaliações que os classificam, os conteúdos que os distanciam da sua realidade, as relações educativas pouco humanizadas, tudo isso interfere na busca de novos conhecimentos ou mesmo, na ampliação de conhecimentos que já lhes foram apresentados.

Adentrar ao mundo do aluno, do aprendiz, é compreender as singularidades que os movem, que estão inseridos de tal forma no modo de vida destes, que os fazem desconhecer novas alternativas. O convívio com este universo tão único de cada um e poder plantar as sementes da esperança e da mudança, é desenvolver a capacidade de acreditar que o “mudar é possível. Que a Educação de Jovens e Adultos se torne capaz de “expulsar o oprimido” e a substitua pela autonomia e responsabilidade, tão necessárias para a efetivação de uma educação humanizada nos tempos atuais, na qual predomina o desistir.



REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25ª Edição, Paz e Terra. 1996.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente**. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.1153-1178. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>.BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **PNAD – Plano Nacional Por Amostra de Domicilio**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 23/09/2019.